Holocausto líquido

(ou modernidade e anti-semitismo na visão da modernidade líquida)

David Costa Rehem*

O anti-semitismo foi um dos temas mais discutidos pelas ciências humanas e pela opinião pública durante todo o século XX e ainda continua como um tema relevante, principalmente diante das ações do Estado de Israel e o massacre do povo palestino que, em diversos aspectos como a criação de guetos e o extermínio físico lembram as posturas segregacionistas dos nazistas. Além disso, o ressurgimento de movimentos de extrema-direita e neonazistas traz à tona discussões que pareciam terem sidos enterrados junto com o Holocausto, como a xenofobia, o racismo e a eugenia.

As pesquisas em torno do anti-semitismo se deram em diversas áreas. São pesquisas antigas como as de Abraão Leon, da Escola de Frankfurt, Leon Poliakov e Hannah Arendt, que normalmente servem como referencial teórico para as pesquisas realizadas aqui no Brasil. Porém, um outro autor, da área da sociologia e vinculado ao pós-modernismo traz um estudo que nos parece de extrema importância. Seu nome é Zygmunt Bauman, polonês de origem, professor titular da Universidade de Leeds, na Grã-Bretanha que escreveu, dentre outros livros, *Modernidade e Holocausto*. Farei uma discussão com essa obra de Bauman e a forma como o mesmo aborda a questão do antisemitismo. É importante salientar um diferencial do autor em relação a alguns de seus colegas que definem o momento atual como pós-modernidade (ou a transição para o mesmo); o autor define o momento atual como modernidade líquida, tendo em vista que para o sociólogo o termo "pós-modernidade" virou um qualificativo ideológico. Trago, a seguir, o resumo dado pelo seu entrevistador, Dennis de Oliveira, sobre o que seria essa modernidade líquida:

Bauman define modernidade líquida como um momento em que a sociabilidade humana experimenta uma transformação que pode ser sintetizada nos seguintes processos: a metamorfose do cidadão, sujeito de direitos, em indivíduo em busca de afirmação

Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH • São Paulo, julho 2011

^{*} Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Feira de Santana, pesquisador do Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais – LABELU, bolsista CAPES.

no espaço social; a passagem de estruturas de solidariedade coletiva para as de disputa e competição; o enfraquecimento dos sistemas de proteção estatal às intempéries da vida, gerando um permanente ambiente de incerteza; a colocação da responsabilidade por eventuais fracassos no plano individual; o fim da perspectiva do planejamento a longo prazo; e o divórcio e a iminente apartação entre poder e política. (Revista CULT, 2009, p. 14)

Para definir o caráter das sociedades pré-modernas, moderna e atuais, Bauman apresenta as seguintes metáforas. Em relação à pré-moderna e atual utiliza a metáfora do caçador. Nessa sociedade a presença humana repousa na crença de que as coisas estão no seu melhor estágio e não precisa de reparos, a única questão é garantir a territorialidade, para a manutenção de oferta de caça e manutenção de um equilíbrio natural. A sociedade contemporânea é gerida pelo mercado, que a transforma em consumista, e não pelo Estado. Na segunda metáfora a humanidade é um jardineiro, planeja suas ações e depende da cooperação de cada um para a manutenção do jardim. É necessário que haja um plano de jardinagem e que todos estejam preparados para eliminar as ervas daninhas. "É do jardineiro que tendem a sair os mais fervorosos produtores de utopia."

Essas metáforas definem o posicionamento do autor em relação à modernidade líquida, na qual as utopias estariam em uma situação de descrédito e desarticuladas. Esse posicionamento dialoga com a perspectiva Agnes Heller e Ernesto Laclau que definem o fim das grandes narrativas, concretizado a partir da derrubada dos regimes socialista burocráticos do leste europeu. Porém, tanto para Laclau quanto para Bauman a totalidade estão presentes. Para o primeiro o fim das metanarrativas não necessariamente significam sua rejeição por completo, ele diz que a pós-modernidade não nega a totalidade, mas sim as soluções e projetos tidos como globais para a emancipação humana (LACLAU, 1992, p. 127-28). Para Bauman, apesar da sua negação do papel do Estado como primordial na gestão da sociedade, é o Estado quem tem capacidade para manter o que ele chama a utopia do caçador que é baseada em efeitos bizarros, onde o sonho a ser alcançado não é a superação da caça, mas sim a

eterna busca por novas caças, apenas pela necessidade de caçar, ou seja, a falta de perspectiva de superação do momento atual. Bauman compreende que não é o indivíduo que realiza de forma ampla o tipo de sociedade, mas sim o Estado, não é o micro poder, mas sim o poder encarnado no Estado.

O autor chama a atenção sobre a relevância de se estudar o Holocausto não como um evento fora do tempo, mas sim relacionado ao seu contexto (BAUMAN, 1998, p. 14-15). O autor fará uma crítica dura aos sociólogos onde, segundo ele:

A natureza e estilo da sociologia foram harmonizados a mesmíssima sociedade moderna que ela teorizou e investigou; a sociologia comprometeu-se desde seu surgimento num relacionamento mimético com seu objeto — ou melhor, com a imaginação desse objeto que construiu e aceitou como moldura do seu próprio discurso. (BAUMAN, 1998, p. 48)

Bauman avança enormemente na leitura sociológica do tema. Porém, para a História, a obra *Modernidade e Holocausto*, apresenta um problema: a falta de levantamento de fontes primárias; mesmos as fontes primárias apontadas são encontradas nessas obras e não revelam nada de novo. O sociólogo faz reflexões sobre o já estudado, não que isso não seja de extrema importância, mas acaba tornando sua análise incompleta. Mas, a falta de fontes primárias não obscurece essa primeira contribuição do autor ao tema.

Outro ponto que o autor traz é sobre o aspecto individual do anti-semitismo. Apesar de vinculá-lo a uma política de Estado, ele defende que tanto às ações contra e as em solidariedade ao povo judeu não são passíveis de análise a partir de conceitos mais gerais, como classe, educação, fidelidade política, religião ou qualquer outro, já que o trabalho da socióloga Nechama Tec aponta para ações individuais (BAUMAN, 1998, p. 24-5). Não que os aspectos individuais não tenham existido e nem tido uma relevância, mas essas atitudes individuais, dentro de suas pluralidade, têm como pano de fundo os conceitos acima negados. No capítulo *Pedindo a colaboração das vítimas*, o próprio autor trará exemplos de que a solidariedade aos judeus não tinham o caráter de solidariedade a um grupo social, ou raça, mas sim à proximidades pessoais, fossem nas

relações com os Conselhos de Judeus, que geriam administrativamente e policialmente os guetos, fossem nas relações externas. As afinidades se davam principalmente a partir de relações de classe.

Um dos principais temas da obra de Bauman é a relação entre a burocracia e a modernidade. Ele busca em Weber a descrição da burocracia moderna, a partir da ideia de que a modernidade precisa de um corpo burocrático cada vez maior e controlador, para cumprir suas demandas. Estaria aí a explicação para o sucesso do nazismo que, para Bauman, conseguiu realizar tais demandas a partir de um corpo burocrático coeso. Essa burocracia se pautava¹ no racionalismo moderno, onde a ciência e sua prática de pesquisa e elaboração / planejamento de metas explicava tudo. Bauman cita a fala do teólogo Richard L. Rubenstein no simpósio A sociedade ocidental depois do Holocausto, realizado pelo Instituto para o Estudo dos Problemas Sociais Contemporâneos, em 1978, para ilustrar a sua defesa, ironizando o teólogo weberiano. Rubestein está entre aqueles que defendem a desvinculação do Holocausto da sociedade moderna e que afirma que Weber não teria como ter adivinhado o grau de burocratização nazista porque este não estava dado à sua época. Na continuação o autor utilizará a metáfora do Estado Jardineiro com a sua proposta de extirpação das "ervas daninhas" da sociedade por ela cultivada de forma saudável, a relação de pensadores como Weber, Marx e Nobert Elias e uma sociedade moderna que visaria o avanço na organização social, o progresso e a negação da barbárie. (BAUMAN, 1998, p. 31) Segundo Bauman essa racionalidade moderna teria dado ao Estado nazista as bases de sua justificativa embasada na razão da sua organização burocrática para o avanço tecnológico, científico e social de forma relacional, sendo que este último, o social, perpassaria pelos extermínios em massa (não só fisicamente, mas culturalmente na maioria dos casos) dos elementos não adaptáveis à nova ordem.

-

O tempo verbal está no passado porque o autor acredita na superação desse tipo de burocracia estatal, característico de sociedades modernas. Se não foram superadas estão em vias de serem, para Bauman. Acredito que apesar da aparente desvalorização do Estado, a partir da mundialização do neoliberalismo, não foi extinto o papel do Estado e de sua burocracia. Inclusive, baseando-me em fatos recentes como a crise no mercado imobiliário estado-unidense ou as crises na Europa, onde o Estado interviu diretamente na crise, inclusive cortando direitos trabalhistas que o Estado, portanto, mudou algumas de suas características, mas não sua função regulamentadora em prol das classes dominantes. Mas, levando em conta a orientação teórica do autor, a partir de Weber, a sociedade gerida pelo setor privado e não o público estatal seria um Estado de direito, meramente, abandonando seu caráter complexo de ser uma ordem administrativa e reguladora, sendo apenas um Estado regulador. Weber não nega a possibilidade, porém a coloca apenas como teoricamente imaginável. (ver WEBER, p. 32)

A fragilidade de tal proposição é que ela se esquece que a base da mobilização social para a implementação de tais planos não perpassava apenas pela razão e sim na comoção pública. A base para o anti-semitismo nazista não era apenas a razão, já que não era a defesa da modernidade que estava no discurso nazista e sim o retorno às origens. Mesmo que a conjuntura moderna tenha sido o ponto chave para a possibilidade de efetivação do Holocausto, ela não pode ser compreendida senão pelas formas de indução (ou manipulação) das coisas pelo viés da comoção pública, de caráter psicológico. Parece-me Bauman não consegue diferenciar a forma que essa sociedade era gerida (pela burocracia racionalizada) e os meios pelos quais era realizada essa gestão (o apelo emocional, iconográfico, discursivo e psicológico). Queria ressalta que me parece haver uma grande diferença entre o que era apresentado como RACIONAL-CIENTÍFICO, como o mito do ariano, mas que tinha uma origem mitológica e IRRACIONAL-MITOLÓGICO. Parece que há uma confusão entre o que o autor define como racionalidade, fruto da modernidade humanista / iluminista, com o discurso que se pretende como tal. Os iluministas normalmente dividiam em quais áreas o Estado podia intervir, a partir do direito². A prática de subordinação de outros grupos sociais ou povos era tratado de forma diferenciada do nazismo. Se a base da pretensa racionalidade nazista está no iluminismo não podemos dizer o mesmo de sua prática.

Bauman ainda faz uma dura crítica à teoria de Nobert Elias de que o processo civilizador tem como pontos centrais "...a supressão de atos irracionais e essencialmente antissociais e a gradual, mas persistente, eliminação da violência da vida social..." onde a violência se concentra nas mãos do Estado (BAUMAN, 1998, p. 47 e 48). Mas, a crítica se estenderia ao seu principal referencial teórico: Weber. Vejamos a definição do próprio sociólogo alemão sobre AÇÃO SOCIAL:

§ 1. Sociologia (...) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Por "ação" entendese, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que *o agente ou os agentes o relacione com um*

Ver dentre outros: MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo. Abril Cultural. Coleção Os Pensadores. Cap. XX e XXI, livro V. 1973

sentido subjetivo. A ação "social" por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes se refere ao comportamento de outros, orientado-se por este em seu curso.³(WEBER, 2004)

Ao contrário de Bauman, Weber vê a subjetividade em toda ação social. Por outro lado, Bauman, na sua tentativa de buscar na racionalidade moderna o seu "judeu", perpetrador dos grandes males da humanidade, despe de toda a subjetividade, de normas éticas e morais os projetos nazistas.

Bauman desvincula o anti-semitismo histórico do povo alemão, do Holocausto. Ele apresenta estudos que apontam para uma omissão e não uma perseguição do povo alemão aos judeus. Porém, dá um peso pouco significativo a esse anti-semitismo que mesmo que não tivesse tido uma vinculação direta com o Holocausto serviu como base para o mesmo. Argumenta que o anti-semitismo moderno está pautado na racionalidade e não nas bases religiosas⁴ (BAUMAN, 1998, p. 51). Adorno e Hokheimer apontam o racionalismo como uma das pedras fundamentais do anti-semitismo religioso, onde a *razão* está com o grupo dominante (no caso os cristãos) e aqueles que não se encaixam em sua visão de mundo ou modelo de sociedade estão fora dessa *razão* (ADORNO E HOKHEIMER, 2006, p. 148). Além disso, para os membros da Escola de Frankfurt o misticismo nazista se inspirava no anti-semitismo cristão e era a partir dele que se disseminou na sociedade a necessidade de extermínio do mesmo. Isso não nega a sua maquinação burocrática, talvez a sua efetivação não fosse possível sem ela, mas parece reducionista não considerar tal elemento. Além disso, Hokheimer e Adorno apontam para essa relação entre o racional e o religioso no nazismo.

Na busca pela definição do anti-semitismo, Bauman aponta para a utilização do termo como errônea, já que mesmo os nazistas não utilizaram no período da guerra por causa do seu significado semântico. Utilizar ANTI-SEMITISMO significava transformar o judeu em um grupo social organizado, o que para época significava territorializar o conflito, apesar dos mesmos não fazerem parte de um grupo territorializado. Bauman, assim, difere a posição do judeu no conflito intergrupal, por

³ Grifo meu.

⁴ Apesar dessa desvinculação do antisemitismo moderno o autor não nega a relação do anti-semitismo popular pré-moderno com a visão cristã. O que ele faz é diferenciar o popular do nazista.

não existir um conflito por territorialidade, diz então que o nazismo tratou o conflito entre um grupo (o povo alemão) e os "outros". De fato a desumanização do outro grupo fez parte dos planos nazistas, mas quando o autor reivindica essa territorialização ele reproduz o sentido dado à prática racista de desterritorializar o outro. Analisando sobre a questão dos afro-descendentes e a busca do seu processo de criação de raízes e territorialização na diáspora, Paul Gilroy contribui para tal questão, guardadas as devidas proporções e especificidades. Ele analisa o discurso da desterritorialização como parte do racismo que busca negar o caráter das experiências e integração das culturas tidas como "de fora" (GILROY, 2008, p. 225).

Ora, se a crítica central de Bauman está no racionalismo moderno ela deveria, portanto, se estender ao conceito de territorialidade moderna, baseada nos Estadosnações. A desterritorialização do judeu servia como uma forma de desumanizá-lo a partir dos referenciais capitalistas de humanização. Junto a isso está a ideia de RAÇAS, divididas entre superiores e inferiores, sendo as segundas atrasadas e principal elemento de instabilidade social tida como ideal para a formação de um povo, nação ou comunidade / sociedade. Junto com isso Bauman argumenta a peculiaridade da situação do judeu frente à sua milenar diáspora. Aí residem dois problemas. O primeiro deles é a generalidade dessa análise, já que a maioria das comunidades judaicas na Alemanha já estavam assimiladas. O próprio Bauman trará a preocupação das autoridades alemães sobre a dificuldade de discernir os judeus assimilados, vistos como uma ameaça maior por estarem entranhados na sociedade alemã. O outro problema, vinculada a tal generalidade, é que a diáspora era tida, para a maioria dos judeus como espiritual e não terrena ou territorial. A ideia do retorno à terra prometida era defendida por um setor do sionismo e era tido por muitos religiosos como profanador, já que o retorno só se daria com a vinda do Messias e não embasados pelo modelo de Estado-nação laico. A parcela não religiosa via no sionismo (bem como no comunismo e o engajamento de setores das comunidades judaicas no mesmo) como uma ameaça à boa convivência com o mundo ocidental burguês principalmente pela burguesia judaica.⁵

5

⁵ Para saber mais sobre as duas questões ver: ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Elementos do Anti-Semitismo: Limites do Esclarecimento*. IN: Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2006. Tradução: Guido Antonio de Almeida. p. 139 – 171; e MENUHIN, Moshe; MEZVINSKY, Norton e WINSTOCK, Nathan. *Judaísmo versus Sionismo*. Coleção Monografias – Estudos Árabes, Rio de Janeiro, Delegação da Liga dos Estados Árabes. 1969.

Na sequência Bauman passará a tratar *o judeu*, objeto do anti-semitismo moderno, como o judeu conceitual. Esse judeu seria, então, construído historicamente como a repugnância dos nazistas ao mundo ocidental moderno. Ao contrário do que afirma o autor o anti-semitismo se ligava diretamente a questões econômicas, já que a Alemanha nazista, apesar do discurso contrário, buscava a sua inserção no mundo capitalista, e também se ligava a questões de antagonismo nacional, não como uma nação concorrente, mas como um tumor no desenvolvimento da nação ariana, religioso e cultural (BAUMAN, 1998, p. 61).

Sobre a particularidade do anti-semitismo enquanto racismo Bauman afirma que tinha o caráter muito mais de mobilização anti-modernista do que como propagando pró-extermínio (BAUMAN, 1998, p. 83).

Bauman traz uma interessantes contribuição a partir do conceito de grupo arcoíris, de Anna Zuk sobre como era visto o judeus dentro da sociedade pré-moderna. Esse conceito trata o judeu a partir de uma visão prismática, uma metáfora, onde o judeu seria como um prisma que dependendo de onde e quem olha tem um formato diferenciado. Essa metáfora é utilizada para o autor para ilustrar como o judeu era visto por servos e senhores. Pelos senhores nada mais eram do que iguais aos plebeus e para os servos eram vistos como portadores da opressão senhorial.

Porém, Bauman desconsidera o fator unificador da sociedade pré-moderna: a Igreja. Era ela que de certa forma trazia a imagem do judeu para a sociedade como um todo. Como proibia o lucro, os príncipes usavam serviços de judeus para certas transações comerciais, mas eram descartados quando não mais eram úteis; ao povo, a Igreja passava a imagem do judeu como o usurário e odiável por isso e de serem eles, e não os nobres, os responsáveis pelas misérias sofridas.

A utilização dessa visão prismática é de grande importância. Talvez o que tenha faltado no trato desse termo por parte do autor, tenha sido o papel das classes dominantes, pré-moderno e moderno, desses "prismas sociais".

Bauman apresenta a vinculação trazida pelos anti-semitas dos judeus à riqueza. Aponta uma afinidade eletiva que justificaria essa vinculação e diz que Karl Marx aceitou a afinidade eletiva entre o espírito judaica e o capitalismo. E diz que na concepção de Marx: "A emancipação face ao capitalismo significará a emancipação face ao judaísmo e vice-versa." (BAUMAN, 1998, p. 69). Porém, a defesa da teoria de

Marx não era do extermínio dos judeus e nem essa relação umbilical do judaísmo e o capitalismo. Em *A questão judaica* Marx trava uma discussão com Bruno Bauer sobre a emancipação do judeu enquanto judeu. A polêmica gira em torno de que a emancipação humana não perpassa pela emancipação religiosa e sim social e que isso só é possível via ruptura com as instituições religiosas, em última instância, já que a religião, para Marx, seria o último grilhão a ser rompido em prol dessa emancipação. Abraão Leon, na década de 1930, escreve que a situação do judeu enquanto povo-classe estava vinculada a um período pré-capitalista e que esse papel foi dado pelas conjunturas da época e não eram natas do judeu (LEON, 1981, p. 13-32).

Por outro lado, Bauman deixa a desejar quando trata da posição dos judeus na formação dos Estado-nações. Positivamente ele traz a ideia de Hannah Arendt de que os judeus eram uma nação sem nação (BAUMAN, 1998, p. 69), mas seria de fundamental importância uma análise mais detida sobre o assunto. Os limites de territorialidade das nações estão ligados à criação de uma nacionalidade, baseada num mito de unidade de uma raça. Todas elas foram criadas como justificativa da criação dos Estados-nação e omitem o processo violento de subordinação de um povo sobre outro.

"A modernidade tornou possível o racismo." (BAUMAN, p. 83). Com essa afirmação Bauman faz o seu elo entre o pensamento moderno e racismo. O autor critica que o conceito (fenômeno) RACISMO é comumente vinculado a qualquer forma de ressentimento, preconceito grupal ou conflito inter-grupal. Para Bauman os historiográficos e etnológicos documentam uma constância e universalidade a tendência a abominar e manter a distância grupos estranhos. A partir daí ele traz a contribuição de Pierre-André Taguieff e os seus três níveis de racismo (BAUMAN, 1998, p. 84.).

De acordo com Taguieff o racismo primário é universal, já que ele defende que a ojeriza a grupos estranhos faz parte de nossa construção biológica, já que foi o medo a outros grupos que nos fez sobrevivermos. Esse racismo primário é uma resposta ao estranho e não precisa de uma inspiração, instigação ou teoria, já que é nata ao ser humano. No racismo secundário a aversão ao outro ganha uma argumentação lógica e é racionalizada pela ideia de ameaça do estranho que seria o contraponto ao bem estar do grupo (exemplo: xenofobia ou etnocentrismo). Já no terciário encontramos a seguinte característica: "...mistificador, que pressupõe os outros dois níveis inferiores, distinguise pela utilização de argumentos quase biológicos." (BAUMAN, p. 85). A teoria de

Taguieff, em sua raiz, naturaliza o comportamento racista. Mas, é importante apontar o sociólogo polonês critica o aspecto mistificador do racismo terciário, pois para ele a Taguieff teria sido mais feliz se tivesse respaldado o caráter científico-biológico do mesmo. E é a partir dessa definição de racismo que Bauman fará sua diferenciação entre RACISMO e HETEROFOBIA.

A heterofobia seria atemporal, já que se basearia no ressentimento ao outro e não a uma raça que, para Bauman, é fruto da modernidade. Mas, Bauman dá uma carga muito grande de subjetividade à heterofobia, colocando-a de forma irracional dela, como fruto de uma ansiedade incontrolável. Por mais que os conflitos inter-grupais tenham aspectos subjetivos fortes não há como negar que o conflito de um grupo com outro se pauta, independente de seu tempo, em questões objetivas como obtenção de alimentos, água, disputas territoriais e etc. Outra característica da heterofobia é o medo nativo do estranho se "infiltrar" no grupo e influenciá-lo no seu comportamento "correto". Por outro lado, para Bauman, o outro não necessariamente se reconhece como tal. Sartre apontava para isso quando dizia que o judeu era o que outro construía.º Só tomemos o cuidado de não achar que o judeu era somente o que o outro dizia dele, quando na verdade existia uma relação dialética nisso. Continuando o autor traz mais uma categoria, que ele difere do racismo e da heterofobia: a inimizade coletiva. Ela seria, "antagonismo mais específico gerado pelas práticas humanas de busca de identidade e estabelecimento de limites." Onde "os sentimentos de antipatia e ressentimento parecem mais apêndices emocionais de atividade de separação; separação que por si mesma requer uma atividade, um esforço, uma ação continuada." (BAUMAN, 1998, 86-87).

Voltando ao racismo, analisemos a seguinte passagem do texto: "Resumindo: no mundo moderno, caracterizado pela ambição do autocontrole e da autogestão, o racismo declara certa categoria de pessoas endêmicas e irremediavelmente resistente ao controle e imune a todos os esforços de melhoria." (BAUMAN, 1998, p. 88). Posso concordar parcialmente com Bauman nas duas considerações. Mas, acho que ele perde ao analisar de forma superficial os elaboradores do racismo (do século XVIII ao XX)⁷. Caso o

⁶ SARTRE, Jean-Paul, Reflexões sobre a questão judaica.

Fle só faz isso, rapidamente, nas páginas 92 e 93 e só cita de passagem Gabineau e Levy. Para uma abordagem mais rica ver: POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*. São Paulo, Editora Perspectiva – EDUSP. 1974.

tivesse feito perceberia que isso se relativiza exatamente por causa da visão de mundo civilizatória do Iluminismo que via na razão a possível salvação daqueles que estivessem "abertos" para isso. Não ignoro, porém, que dentro desse debate existem os "incrédulos" dessa salvação e os que defendiam (e / ou defendem) a ideia de que estes nunca chegarão a serem iguais, mas vejo nisso um resquício das sociedades prémodernas ou absolutistas, com a sua visão de mundo sem mobilidade social.

Se reivindicasse a linha de raciocínio de Bauman, chegaria à conclusão de que o anti-semitismo se encaixa muito mais na heterofobia do que no racismo, já que ele se insere na lógica de que, mesmo renegando sua herança judaica, ainda assim seria visto como o OUTRO. Talez isso possa ocorrer, mas não acredito que haja como desassociar os três conceitos: o racismo, a heterofobia e a inimizade competitiva. O anti-semitismo é racista por racializar o judeu como inferior, desagregador; é heterofóbico por colocar o judeu como o OUTRO, indesejável por ser estrangeiro e que tenta se assimilar de forma contagiosa à essa sociedade que busca o equilíbrio; e uma INIMIZADE COMPETITIVA porque a negação do judeu se faz necessário, como vimos anteriormente, enquanto indivíduo e enquanto religioso, para a criação de uma identidade antagônica à negada e ainda tenta estabelecer limites objetivos e subjetivos, como os relacionados ao que um judeu pode ser ou não, que espaço pode frequentar, onde pode professar sua fé...

Bauman aponta as diferenças do antisemitismo pré-moderno e o moderno se diferenciam. Para ele o primeiro, e também o cristão, apenas apartava os judeus do convívio social geral e menospreza o significado dos *pogroms* que teriam tido pouca relevância. Por outro lado o antisemitismo moderno, racista e científico coloca o judeu como uma raça a ser exterminada (BAUMAN, p. 95-96). Mais uma vez o autor generaliza e cai em contradição com o que ele mesmo afirma. Em primeiro lugar ele mesmo havia falado de uma desarticulação das sociedades pré-modernas na perseguição aos judeus e encarava as manifestações anti-semitas como isoladas, como então essa sociedade de repente aparece articulada? De repente até a secundarizada Igreja aparece como articuladora dessa sociedade. Além disso, o menosprezo dado aos *pogroms* é lamentável! Foram eles grandes referenciais de terror às comunidades judaicas; podemos afirmar que elas eram manifestações que serviam como válvula de escape para as tensões sociais.

Sobre o anti-semitismo que buscava o extermínio dos judeus, Bauman defende que para a sua implementação seria necessário o apoio popular. Ele avalia que na Alemanha a propaganda nazista, nesse sentido, não surtiu efeito no máximo gerou uma postura de omissão, já que a motivação racional levava a crer que era não correto um cidadão se meter em decisões que tinham um cunho burocrático. Mas, não parece ter sido esse o caráter da propaganda nazista. A partir de outras leituras podemos sugerir que a propaganda nazista não tentava apenas validar suas decisões a partir do viés racional burocrático. É possível apontar um caminho contrário a partir de Wilhelm Reich, psicólogo alemão.

"Os valores alemães da alma da raça, que são as forças motoras de uma nova concepção do mundo, ainda não se converteram em parte da consciência viva. Mas a alma é a raça vista por dentro. Reciprocamente, a raça é o mundo exterior da alma." (*Mythus*, p. 22)

Aqui temos uma das numerosíssimas frases tipicamente nacional-socialista, frases que à primeira vista não fazem sentido ou que parecem escondê-lo deliberadamente, mesmo que as escreveu. É preciso conhecer e saber considerar devidamente os efeitos psicológicos que, precisamente essas frases místicas exercem sobre as massas, para compreender também o seu alcance político, de natureza irracional⁸. Rosenberg escreve adiante:

Assim, história da raça é ao mesmo tempo a história da natureza e *do misticismo* da alma, ao passo que a história da religião do sangue é, ao contrário, a grande história mundial da ascensão e da decadência dos povos, dos seus heróis e dos seus pensadores, dos seus inventores e dos seus artista. (REICH, 1988, p. 78-79)

-

⁸ Grifos nosso.

Seguindo, de forma inexplicável ele desvincula o aspecto ideológico da operacionalização burocrática do anti-semitismo nazista. Bauman aponta algumas peculiaridades do anti-semitismo no decorrer do século XX que teria sua manifestação se reduzido a partir de duas questões. A primeira é a de que o anti-semitismo se manifesta de forma abstrata, considerando os judeus como uma elite supranacional de poder invisível por trás de todos os poderes visíveis. Ele seria muito mais teórico do que prático fruto de uma vivência diferenciada com os judeus de hoje. A segunda é que o deslocamento maciço (palavras do autor) dos judeus para as classes médias e altas e com a mudança de foco da heterofobia (já que, também para o autor, o racismo foi atenuado pela nova forma de gestão da sociedade pelo mercado, ou neoliberalismo) o foco heterofóbico passou a ser os grupos imigrantes nos países mais centrais do capitalismo (BAUMAN, p. 102-104).

Sobre essas considerações os últimos fatos, pelo menos dos últimos 30 anos, apontam o contrário⁹. O argumento do autor de que um anti-semitismo com as mesmas características do Holocausto não seriam possíveis devido à fragilidade do Estado é no mínimo equivocado. Parece que Bauman cai no "canto da sereia" do neoliberalismo. Ao meu ver basta ver que somente aparentemente o papel do Estado mudou e, mesmo que o mercado não fosse gerido, no final das contas, por ele, as políticas migratórias ainda são um ponto chave e são geridos pelos Estados. Não é difícil constatar que a política migratória atual não se pauta apenas no discurso da heterofobia e sim na racialização do outro. Esses discursos levaram a extrema-direita ao poder em diversos países, como os Estados Unidos, Ucrânia e Áustria, além da quase vitória na França por diversas vezes desde a década de 1990. Nesses países o combate é bem identificável; o problema é o "ticano", nos EUA; o judeu banqueiro internacional; o argelino, na França; o indiano, no Reino Unido; o negro e o índio preguiçosos no Brasil. E a lista caberia em muito mais folhas!

Uma última consideração sobre essa questão. Bauman desumaniza o racismo. Centralmente a grande executora do racismo é a burocracia racionalista, como se fosse possível se realizar sem pessoas não vinculadas ao aparato estatal para apoiar. E é baseado nisso que ele trata a questão da colaboração dos judeus ao projeto nazista.

De acordo com Bauman, quando os nazistas invadiam um território sua primeira

⁹ Importante salientar que a obra aqui analisada foi publicada em 1989 e revisada em 1996, portanto no bojo dos fatos que estou explicitando.

atitude era a de destituir as elites tradicionais dos dominados de sua posição. Com isso, também destruíam suas formas de organização política ou cultural e impunham às formas de organização "superior" do III Reich. Ele ainda afirma que esse era um das presenças dos ideais iluministas na prática nazista (BAUMAN, 1998, 146-147). Por sua vez, o racionalismo burocrático moderno visa a melhoria nas execuções de suas ações a partir do mais producente e mais barato. Como a solução ao problema dos judeus era o seu extermínio, a postura contra os mesmos ocorreu de forma distinta à postura mais comum. Como era necessário afastar por completo do convívio social os judeus o primeiro passo foi o isolamento. Com o planejamento burocrático do extermínio em andamento e gradual, era necessário uma gestão desses locais para que ali pudesse se manter um cotidiano racionalizado. Então, ao invés de deslocar membros nazistas para tal tarefa, foram mantidas algumas lideranças para compor as *Judenräte* (ou Conselho Judeu). Era esse Conselho responsável pela manutenção do cotidiano do local, com o auxílio da polícia judaica. Mas, longe de ter autonomia, esses Conselhos apenas executavam as ordens nazistas. Quando da solução final eram eles que faziam as listas de quem seria enviado para os campos de concentração. Bauman diz que esses conselheiros sacrificavam um para poupar dezenas.Por outro lado, ele também vê nessa ação a abdicação da moral e da ética, a partir do racionalismo burocrático que fazia esses conselheiros e seus aliados dos dois lado trazerem tal justificativa (BAUMAN, p. 155).

Bauman reflete como os judeus que estavam em posição mais privilegiada se corrompiam em busca da liberdade. Na verdade, o autor faz duras críticas ao discurso, mesmo pós-Holocausto por parte de alguns sobreviventes, que buscavam a justificativa de que haveriam os que deveriam ser salvos, normalmente pessoas da alta sociedade judaica. Penso em até que ponto os nazistas ganharam os judeus de forma racional. Não parece que o desejo de sobrevivência tenha como seu principal elemento a racionalidade. Mesmo que algumas justificativas tenha se dado de forma racional, parece-me mais ser uma desculpa racional para uma ação irracional. Imagino que aqueles conselheiros que enviavam judeus para os campos de concentração achando que estavam salvando os que ficavam de fato acreditavam nisso, ao contrário do que parece acreditar o autor. A colaboração das vítimas se deu muito mais por esperança de que aquilo tudo poderia estar no fim. Mesmo que isso não tenha acontecido acho que isso passa longe dos argumentos racionalistas do autor.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A principal contribuição de Bauman é trazer para o campo da sociologia a discussão sobre o Holocausto e o anti-semitismo. As peculiaridades do anti-semitismo como racismo, a forma como os judeus foram usados dentro do projeto nazista de os exterminarem são algumas das importantes contribuições da obra do autor. Porém, foge ao autor elementos que vinculem o anti-semitismo ao capitalismo e não a modernidade de forma genérica. Aliás, apontaria dois pontos fracos da obra. O primeiro deles é a falta de fontes primárias, escritas ou orais. O autor faz sua análise a partir da pesquisa de outros e faz escolhas que o induzem às suas próprias reflexões. Ele esquece de contribuições outras, como a da Escola de Frankfurt, Reich, dentre outros, sobre o assunto. Falta também o fator subjetivo e moral da ação nazista. Tudo gira em torno da burocracia e do racionalismo, grandes vilões da humanidade, para o autor. O nazismo criou sim uma moral própria, baseada na família, no comprometimento coletivo à causa nazista, da devoção inquestionável ao *führer*!

Cada um dos aspectos do antisemitismo e do Holocausto trazidos por Bauman dariam um artigo a parte. Por exemplo, em relação à definição do tratamento sobre racismo (superado, ou minimizado no presente, para o autor), onde considero que o racismo, enquanto construção do mundo moderno burguês, é um dos meios de subordinação / exploração / dominação de classe e que fragmentam as classes subalternizadas e as desestruturam internamente a partir de uma competição intraclasse, ofuscando o verdadeiro inimigo, a burguesia.

De certa forma era essa a função dos judeus. A mão de obra escravizada ou mal remunerada dos judeus sobre a égide nazista permitiu uma produção acelerada do material bélico necessário para a máquina de guerra do terceiro Reich. Nessa subordinação, entre os judeus, foram eliminadas momentaneamente os diferenciais práticos de classe, embora a posição dentro do jogo nazista diferenciasse cada um a partir de suas origens de classe. O racismo é sistêmico.

Mas a reflexão que trouxe nesse texto tem dois propósitos principais. O primeiro deles é, retomando o início do texto, o papel opressor que o Estado pode ter sobre outro povo. Nos dias hoje palestinos, curdos, bascos e outros povos são sujeitados por Estados que se baseiam na disseminação de políticas de criação de cidadãos de segundo escalão

na prática e na racialização dos mesmos. O segundo propósito é refletir sobre o Holocausto a partir do que, para mim, é a principal contribuição de Bauman, teoricamente: o Holocausto não foi uma aberração do mundo moderno, ele foi uma de suas facetas e parece-me estar bem vivo.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2006. Tradução: Guido Antonio de Almeida.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. Companhia das Letras, São Paulo. 2007

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1998. Tradução: Marcus Penchel.

BAUMAN, Zygmunt. *A utopia possível na sociedade líquida*. In: Revista CULT, n.º 12, de agosto de 2009. Entrevista concedida a Dennis de Oliveira. São Paulo. Editora Bregantini.

GILROY, Paul. "Anime o viajante cansado: E. W. Du Bois, a Alemanha e a política de (des)territorialização. In: O Atlântico Negro. Rio de Janeiro, Editora 34. 2008. p. 223-280

HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc. *A Condição Política Pós-moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

LACLAU, Ernesto. *A política e os limites da modernidade*. In: Pós-modernismo e política. Org.: Heloísa Buarque de Hollanda. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1992. p. 127-175

LEON, Abraham. *A concepção materialista da questão judaica*. Coleção Teoria, n.º 39. Global Editora, São Paulo. 1981

MARX, Karl. A questão judaica. Editora Moraes.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Cotas, raça, classe e universalismo*. In: Revista Outubro, n.º 16. Editora Alameda. 2007. 174-200

POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*. Coleção Estudos, n.º 34. São Paulo. Editora Perspectiva. 1974

REICH, Wilhelm. *A teoria da raça – seu conteúdo*. In: Psicologia de Massas do Fascismo. São Paulo, Livraria Martins Fontes. 1988. p. 71-91

WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. In: Economia e Sociedade. Vol. 1, Primeira Parte (Teoria das Categorias Sociológicas). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.